



# Anais da Assembléia

N.º 47

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE MAIO DE 1978.

ANO IV

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 45ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1978

#### QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e David Federmann.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Agui-naldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Gilberto Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (46); achando-se ausentes os Senhores Deputados Accioly Neto, Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Jayme Rodrigues Carvalho, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira e Renato Bernardi (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### MENSAGENS:

##### MENSAGEM N.º 47/78

Curitiba, 05 de maio de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 22 de julho de 1976, entre o Estado do Paraná, através do Departamento Estadual de Trânsito e o Município de MANDAGUARI, no sentido de, nos termos do artigo 37 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, condicionar as diretrizes do trânsito aos estudos e planejamento urbano do município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

##### MENSAGEM N.º 48/78

Curitiba, 05 de maio de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os

fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 18 de agosto de 1977, entre o Governo do Estado e a Universidade Federal do Paraná, objetivando promover a efetiva absorção da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná à mencionada Universidade.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

##### MENSAGEM N.º 49/78

Curitiba, 05 de maio de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 31 de março de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de ARAPONGAS, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

##### MENSAGEM N.º 50/78

Curitiba, 05 de maio de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 15 de março de 1978, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de GUARAPUAVA, objetivando a execução de terraplenagem, pavimentação e obras complementares do aeroporto do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

##### MENSAGEM N.º 51/78

Curitiba, 05 de maio de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 15 de março de 1978, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e a Prefeitura Municipal de CORNÉLIO PROCÓPIO, objetivando a execução de serviços de pavimentação e obras complementares no aeroporto do refe-

rido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 52/78

Curitiba, 05 de maio de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 09/78, celebrado em 18 de abril de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de ARAUCÁRIA, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC e interveniência da Secretaria de Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, objetivando a realização de obras voltadas ao desenvolvimento urbano do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 53/78

Curitiba, 05 de maio de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 26 de julho de 1977, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e da Cultura e o Departamento de Ensino Supletivo do Ministério da Educação e Cultura, objetivando o desenvolvimento de cursos de qualificação profissional a nível de 1.º grau, em cooperação com o SENAI, para alunos matriculados ou concluintes de cursos de suplência a esse nível de escolaridade.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida a essa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 54/78

Curitiba, 08 de maio de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 20 de junho de 1977, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e da Cultura e a Fundação Nacional de Arte — FUNARTE, objetivando a realização do Projeto de Interiorização da Cultura, no exercício de 1977.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa co-

lenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 55/78

Curitiba, 08 de maio de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 27 de agosto de 1977, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Instituto Nacional do Livro - MEC, objetivando implantação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas no Estado, como parte integrante do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 56/78

Curitiba, 08 de maio de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 15 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Instituto Nacional do Livro - MEC, objetivando a criação de uma Representação Estadual do referido Instituto no Estado do Paraná, bem como traçar diretrizes para seu funcionamento.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 57/78

Curitiba, 08 de maio de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Centro Nacional de Educação (CENESP), órgão do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a concessão de assistência técnica e financeira ao setor educacional do Estado:

N.º do Convênio	Data da celebração
100/77	27/06/77
17/77	26/04/77
51/77	26/05/77

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

## MENSAGEM N.º 58/78

Curitiba, 08 de maio de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Governo do Estado e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando aplicação de recursos do Salário Educação, instituído pelo Decreto-Lei n.º 1.422, de 23 de outubro de 1975:

N.º do Convênio	Data da celebração
14/77	27/01/77
51/77	12/05/77

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

– À Comissão de Constituição e Justiça.

## MENSAGEM N.º 59/78

Curitiba, 08 de maio de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 31 de maio de 1977, entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado do Paraná, objetivando aplicação dos recursos oriundos do orçamento do Departamento de Ensino Fundamental, do referido Ministério, para o exercício de 1977.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

– À Comissão de Constituição e Justiça.

## MENSAGEM N.º 60/78

Curitiba, 08 de maio de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 19-04-77 e 4-10-77, entre o Ministério da Educação e Cultura, respectivamente, a Escola Social Madre Clélia e Colégio Nossa Senhora de Sion, ambos com a interveniência do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, objetivando a concessão de bolsa de estudos a alunos carentes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

– À Comissão de Constituição e Justiça.

## MENSAGEM N.º 61/78

Curitiba, 08 de maio de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio cele-

brado em 02 de agosto de 1977, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando aplicação de recursos, no exercício de 1977, na realização de programação cultural pela Diretoria de Assuntos Culturais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

– À Comissão de Constituição e Justiça.

## REQUERIMENTOS:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja colocado em regime de urgência, o Projeto de Lei n.º 34/78, que visa declarar de utilidade pública o Patrimônio Recreativo, Esportivo e Social de Palmópolis, do Município de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1978.

(a) FUAD NACLI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a consigna-ção em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de rego- zijo pela visita de sua Beatitude ELIAS IV, Patriarca de Antio- quia e de todo do Oriente, ao Estado do Paraná, extensivo aos Membros da Comissão organizadora que a estruturaram.

Tal visita se reveste de mais alta significação para o nosso Estado, tendo em vista o grande número de fiéis pertencentes à Igreja Ortodoxa, da qual Sua Beatitude é o Patriarca, originá- rios dos Países do Oriente, bem como de seus descendentes, que aqui, com seus trabalhos, contribuem para o desenvolvimento de nosso País.

A significativa e honrosa visita, se traduziu, também para agraciar, com a Comenda dos Apóstolos São Pedro e São Paulo, no grau de Cavalheiro, aos Senhores Gabriel Hilú e Nassib Abdo Abage.

A honrosa Comenda é concedida pela Igreja Ortodoxa Antioquina, por reais e relevantes serviços prestados pelos agra- ciados, à sua Comunidade Religiosa, Social e Familiar e à sua Pátria, e se traduz numa deferência às pessoas de vida irrepreen- sível quer moral quer social e familiar, com dotes de despreendi- mento e amor ao próximo, máximas da doutrina cristã.

Os agraciados, Srs. Gabriel Hilú e Nassib Abdo Abage, foram surpreendidos com tal deferência, das mais meritórias pelas suas qualidades, que dispensam encômios, bem como a Irmandade paranaense, pois o processo para a sua concessão, foi proposto através do Arcebispo Metropolitano, para o Bra- sil da Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina, com sede em São Paulo.

Cumprindo ainda, ressaltar, que agraciados com esta meritó- ria e honrosa comenda, anteriormente, foram além dos acima citados, os Senhores Zake Sabbag e Elias Abdo Bittar, de saudosas memórias, e que muito deram de si em prol da comu- nidade da Igreja Ortodoxa Antioquina do Paraná.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência, aos agraciados com a comenda, à Irmandade da Igreja Católica Apostólica Ortodoxa São Jorge de Curitiba, ao Clube Sírio-Libanês do Paraná, à Irmandade das Senhoras Ca- tólicas Apostólicas Ortodoxas de Curitiba, à Sociedade Bene- ficente Árabe-Brasileira, à Sociedade Beneficente Mulçumana

do Paraná, à Sociedade Beneficente das Senhoras Sírta-Libanesas do Paraná, à União Cultural Brasil-Líbano, à União Cultural Libanesa Mundial - Secção de Ponta Grossa, à União Sírta-Libanesa de Ponta Grossa e ao Rev. Ped. Antônio Ward, da Igreja Católica Apostólica de São Jorge, de Curitiba.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1978.

(a) FUAD NACLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a consagração em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações pela instalação em data de hoje, da Comarca de São João do Ivaí.

A instalação da Comarca, se reveste da mais alta significação para a região de São João do Ivaí, pois que de longa data, agora se concretiza uma das crescentes aspirações da sua progressista e laboriosa população.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência aos Poderes Legislativo e Executivo do Município de São João do Ivaí.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1978.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer o envio de expediente ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Francisco Borsari Neto, digníssimo Secretário da Educação e da Cultura, para que tome providências para melhorar as condições do Grupo Escolar Gaspar Veloso, localizado no Distrito de Calógeras, Município de Arapoti, em função de seu lamentável estado.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1978.

(a) ADALBERTO DAROS

#### JUSTIFICATIVA:

No Grupo Escolar Gaspar Veloso estudam cerca de 200 crianças, as quais, juntamente com os moradores do Distrito de Calógeras reivindicam as providências solicitadas, o que viria beneficiar aquela localidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer o envio de expediente ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Telepar, solicitando a implantação de Posto Telefônico no Distrito de Calógeras, Município de Arapoti.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1978.

(a) ADALBERTO DAROS

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Calógeras, Município de Arapoti, dista cerca de 20 quilômetros da sede, isolando em caso de emergência a população daquela localidade, o que justifica plenamente a reivindicação dos moradores daquele Distrito.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Irajá Romeo Hilgemberg Prestes Mattar, digníssimo Juiz de Direito da Comarca de Jaguariaíva, no sentido de alertá-lo com relação a irregularidades havidas no Município de Arapoti, onde o responsável pelos Cartórios dos Distritos de CARATUVA e CALÓGERAS, não atende, conforme determina a lei, aquelas localidades.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1978.

(a) ADALBERTO DAROS

#### JUSTIFICATIVA:

Os Distritos de Caratua e Calógeras, no Município de Arapoti distam cerca de vinte quilômetros da sede do município, e o cartório que responde pelos cartórios referidos atende apenas em seu cartório na sede de Arapoti, prejudicando desta forma as populações ali residentes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer o envio de expediente solicitando a instalação de telefone público no bairro da Fazendinha, Município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1978.

(a) ADALBERTO DAROS

#### JUSTIFICATIVA:

Os meios de comunicação (rádio, televisão etc) - apreço em propaganda que a Telepar instalou em Curitiba, telefones públicos a cada 400 metros, o que faz de nossa Capital uma das mais bem equipadas em comunicação telefônica do País.

Acontece que no Bairro da Fazendinha, em Curitiba, (Cidade Industrial) mais de 5.000 pessoas ficam isoladas em caso de emergência, pela distância do telefone mais próximo, razão pela qual a reivindicação torna-se justa e necessária.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer manifestação do Plenário para REPUDIAR PUBLICAMENTE, aos empresários paranaenses que endereçaram carta ao governo pedindo a continuidade do sistema e manifestando-se contrários à abertura política, tendo em vista a colocação humilhante que ficou o nosso empresariado, totalmente e patrioticamente contrário àquela manifestação.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1978.

(a) NILSO SGUAREZI

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 58/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Os cargos em Comissão, da Parte Permanente, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constantes do Anexo II, da Lei n.º 6795, de 8 de junho de 1976, passam a pertencer, a partir de 1.º de janeiro de 1978, à simbologia geral DAS-L, Direção de Assessoramento Superior do Poder Legislativo, na conformidade do disposto pela Lei n.º 6996, de 12 de abril de 1978 e com os vencimentos fixados nas Tabelas V e VIII, do Decreto n.º 4847, de 18 de abril de 1978.

Parágrafo único - O Anexo II, da Lei n.º 6795, de 8 de junho de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

##### ANEXO II

##### SISTEMÁTICA DE CARGOS EM COMISSÃO

##### PARTE PERMANENTE

n.º de cargos	Denominação	Símbolo	Vencimentos
1(um)	Diretor Geral	DAS-L 1	Cr\$ 19.239,00
1(um)	Diretor do Gabinete de Assistência Técnica	DAS-L 2	Cr\$ 13.467,00
5 (cinco)	Diretores de Departamentos	DAS-L 2	Cr\$ 13.467,00
1(um)	Tesoureiro Geral	DAS-L 2	Cr\$ 13.467,00
1(um)	Contador Geral	DAS-L 3	Cr\$ 8.757,00
1(um)	Chefe de Gabinete da Presidência	DAS-L 3	Cr\$ 8.757,00
1(um)	Chefe de Gabinete da Primeira Secretaria	DAS-L 3	Cr\$ 8.757,00

1 (um)	Chefe de Gabinete da Segunda Secretária	DAS-L 3	Cr\$ 8.757,00
1 (um)	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	DAS-L 3	Cr\$ 8.757,00
1 (um)	Coordenador de Auxílios Sociais	DAS-L 4	Cr\$ 8.060,00
1 (um)	Assessor Jurídico do Departamento de Pessoal	DAS-L 4	Cr\$ 8.060,00
1 (um)	Assessor Jurídico do Departamento de Finanças	DAS-L 4	Cr\$ 8.060,00
1 (um)	Chefe do Serviço de Segurança	DAS-L 4	Cr\$ 8.060,00

Art. 2.º – Ficam revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI

QUIELSE CRISÓSTOMO

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

## JUSTIFICATIVA:

A implantação da Simbologia DAS-L, Direção e Assessoramento Superior, para os cargos em Comissão do Poder Legislativo, na conformidade do estabelecido para os cargos de igual provimento do Poder Executivo, se faz por imposição legal. Quem assim determina é a Lei n.º 6.119, de 29 de junho de 1970, em seu artigo II, que transcrevemos: "Os vencimentos dos cargos em Comissão (do Poder Legislativo) são iguais aos do Poder Executivo, fixados na Tabela constante do Anexo II, alínea "b", da Lei n.º 5.978, de 1.º de agosto de 1969, e acompanharão suas posteriores alterações". (os grifos são nossos).

Procurou-se, ainda, na introdução da simbologia DAS-L, do Poder Legislativo, enquadrar os vencimentos dos cargos em Comissão precisamente nos valores estabelecidos para o pessoal da Assembléia Legislativa pelo Decreto n.º 4847, de 18 de abril de 1978, que baixou as tabelas de vencimentos decorrentes do aumento concedido pela Lei n.º 6.996, de 12 de abril de 1978.

Em razão desse procedimento, o projeto não acarretará aumento de despesa já que os vencimentos foram mantidos nas bases já fixadas.

Além do aspecto formal, é bom salientar que a medida proposta visa a integrar os cargos em comissão, como fez o Poder Executivo, na melhor e mais evoluída técnica administrativa.

– Das Leis n.º 6.119, de 29/6/70; e n.º 6.996, de 12/4/78; e do Decreto n.º 4847, de 18/4/1978.

## PROJETO DE LEI N.º 59/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º – Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede e foro na cidade de Assis Chateaubriand.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1978.

(a) EGON PUDELL

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no setor de Assistência Social junto à comunidade de Assis Chateaubriand.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento das formalidades legais, para o seu reconhecimento público no âmbito estadual, que ora propomos e que temos a certeza, contará com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – Está encerrada a leitura do expediente.

A Presidência concede a palavra ao primeiro orador ins-

crito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Adalberto Daros. O SR. ADALBERTO DAROS – Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Assumimos a tribuna hoje apenas para registrar o que vimos em viagem que fizemos ao Norte Velho do Estado, mais precisamente, aos Municípios de Jaguariaíva e Arapoti. Queremos nos referir especialmente – Senhor Presidente, Senhores Deputados – ao Município de Arapoti, onde ligeiramente por lá andando, vimos e constatamos diversas necessidades naquele município, e algumas irregularidades nos Distritos de Caratua e Calógeras. Os dois distritos são distritos judiciários, onde deveria existir cartório funcionando normalmente. Todavia, como aqueles dois cartórios estão vagos, quem responde, é o cartório da sede de Arapoti, que não vai nem em Caratua e nem em Calógeras, prejudicando desta forma, os moradores daqueles distritos que ficam a cerca de 20 km da sede do Município de Arapoti.

Verificamos em Calógeras, o péssimo estado em que se encontra o Grupo Escolar que lá existe e queremos registrar também um fato interessante. Calógeras há alguns anos atrás tinha sua rede telefônica, e hoje não mais existe, razão pela qual, pretendemos também enviar expediente ao Sr. Presidente da Telepar, para que estude a possibilidade de atender a população daquele distrito.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, encaminhamos à Mesa três requerimentos, com as reivindicações que acabamos de colocar aos Senhores Deputados.

Muito obrigado. – (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho hoje à tribuna para requerer seja consignado ao Coronel Walter Peracchi Barcellos, Diretor do Banco do Brasil S/A., 6.ª Região, Paraná, um voto de louvor e congratulações. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o Plenário, seja consignado ao Coronel Walter Peracchi Barcellos, Diretor do Banco do Brasil S/A., 6.ª Região - Paraná, um voto de louvor e congratulações, pelo excelente trabalho e dedicação desenvolvidos em prol do nosso Estado à frente daquele órgão.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1978.

(a) GABRIEL SAMPAIO

## JUSTIFICATIVA:

Não poderíamos permanecer omissos e deixar de nos congratularmos com o Coronel Walter Peracchi Barcellos, pelo profícuo e incansável trabalho levado a efeito à frente da 6.ª Região do Banco do Brasil S/A.

Sua indicação à 6.ª Região, foi uma vitória para nós paranaenses pelo seu espírito de luta e perseverança às reivindicações de nosso Estado. Mesmo sendo ele gaúcho, obteve vitórias maiores e significativas para o Paraná do que para a sua terra natal, conforme retrata o quadro comparativo das agências daquele órgão, ora em funcionamento.

Posição em 30.06.71

Posição em 31.12.77

6.ª REGIÃO

Paraná ..... 83 Agências

121 Agências

7.ª REGIÃO

Rio Grande do Sul ..... 93 Agências

114 Agências

Voltando a dados reais, queremos, também, mostrar as aplicações que sofreram um aumento dos maiores, onde então poderemos ver que a política adotada pelo eminente Diretor, colocou o Banco do Brasil S/A. em destaque dentro

do Paraná.

#### Aplicações em Cr\$ milhões

Posição em 30.06.71		Posição em 31.12.77
Carteira de Crédito GERAL	Cr\$ 497	Cr\$ 6.611
Carteira de Crédito RURAL	Cr\$ 760	Cr\$ 19.109
TOTAIS .....	Cr\$ 1.257	Cr\$ 25.720

Somente o conhecimento profundo dos nossos problemas regionais e o interesse em trabalhar em prol de nosso Estado, poderia levar um homem, a criar, na 6.<sup>a</sup> Região, a política de crédito rural que está sendo levada até o presente momento.

Queremos enumerá-las:

#### Política de Crédito Rural na 6.<sup>a</sup> Região

##### 1. Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira - PDPL

Instalação de Indústria de Leite em Pó - KAMBY - Londrina - PR.

##### 2. Política de Preços Mínimos.

Elevação dos valores financiáveis, quando da redução havida em razão do Orçamento Monetário.

##### 3. Programa de Armazenagem - PRONAZEM.

Ampla difusão e aplicação de recursos, principalmente a nível de fazenda para atendimento ao produtor rural e às cooperativas para construção de graneleiros.

##### 4. Assistência Técnica.

Convênio com empresas especializadas e extensão para os departamentos técnicos das cooperativas de produtores.

##### 5. Jurisdição.

Permissão para agricultores com imóvel em localidades distantes operarem em agências de sua escolha.

##### 6. Limites.

Empenho na melhor distribuição de recursos entre as diversas filiais, com remanejamento via telex.

##### 7. Pequenos Produtores - Arrendatários e Parceiros.

Elevação dos tetos de financiamento para trabalhos de conservação do solo.

8. Assistência especial para Produtores Prejudicados pelas Secas: - Triticultores, cotonicultores etc.

9. Incentivo aos Financiamentos para Cooperativas de Produtores Rurais.

O cooperativismo encontra-se bastante desenvolvido.

10. Início e Desenvolvimento de Arrojado Apoio à Eletrificação Rural.

Assistência financeira às cooperativas de eletrificação.

11. Prestigiamento e Efetivo Apoio Financeiro às Exposições Agropecuárias.

Incentivo à melhoria dos rebanhos com o financiamento para compra de reprodutores de alta linhagem.

12. Amparo às feiras Estaduais de Bezerros do Paraná.

13. Programa de Renovação e Revigoramento de Cafezais.

Incentivo ao plantio de novas lavouras e substituição dos cafezais improdutivos do Estado do Paraná.

(Membro do Conselho Deliberativo do GERCA - Grupo de Racionalização da Cafeicultura).

14. Total Apoio ao Plano de Emergência para Recuperação de Cafezais Geados - 1975-1976.

15. Programa de Subsídio ao Preço de Fertilizantes.

16. Financiamentos especiais para Produção de Sementes Certificadas e Fiscalizadas.

17. Participação no Programa de Regularização de Imóveis Rurais, localizados em Faixa de Fronteira.

Ratificação de Domínios.

18. Programa Nacional de Pastagens - PRONAP.

19. Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte - PRODEP.

20. Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL.

Assistência às usinas e produtores de cana.

21. Atendimento aos Triticultores com vistas à Auto-suficiência de Trigo no Brasil.

22. Ampla assistência para Conservação de Solos e Combate à Erosão.

Este homem que queremos homenagear já é, merecidamente, cidadão paranaense. Nasceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e sua vida foi uma sucessão de vitórias. Em 1929, concluído o Curso de Formação de Oficiais, foi declarado Aspirante a Oficial. Em 1940, 1943 e 1949, promovido a Major, Tenente-Coronel e Coronel, respectivamente, sempre pelo princípio de merecimento. Eleito Deputado pelo PSD à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em legislaturas consecutivas, nos anos de 1951 e 1955. Secretário de Estado do Interior e Justiça e Secretário da Fazenda no primeiro Governo Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul). Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social (Governo do Marechal Castello Branco), de dezembro de 1965 a julho de 1966. Em novembro de 1966, foi eleito Governador do Estado do Rio Grande do Sul, para o quadriênio 1967-1971, tendo exercido o mandato de janeiro de 1967 a março de 1971. Funções Militares: - Chefe da Casa Militar nos Governos Cordeiro de Farias e Ernesto Dornelles, no Estado do Rio Grande do Sul. Chefe do Estado Maior (Governo Dornelles) e Comandante Geral da Brigada Militar (Governo Walter Jobim). Deputado Federal: - Vice-líder da Bancada Nacional do PSD. Ministro de Estado: - Chefiou a Delegação Brasileira, composta de elementos do Governo, das classes patronais e operárias, que participou da 50.<sup>a</sup> Reunião da OIT, em Genebra, onde, falando em nome do Governo Brasileiro, defendeu a tese da organização da UNOID (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial). Membro do Conselho de Segurança Nacional. Presidente do Conselho Nacional de Política Salarial. Presidente do Conselho de Administração do PEBE (Plano Especial de Bolsas de Estudo). Apresentou o projeto de estudos, que realizou com sua assessoria, para a unificação da Previdência Social.

Diretor do Banco do Brasil S/A. - Diretor da Sexta Região do Banco do Brasil S/A., com jurisdição sobre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, desde 23 de junho de 1971. Representante do Banco do Brasil S/A. na SUDESUL - Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul.

Condecorações: - Ordem do Mérito Rio Branco, no grau de Grã-Cruz. Ordem do Mérito do Trabalho, no grau de Grã-Cruz. Ordem do Mérito Militar, no grau de Grande Oficial. Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Comendador. Ordem do Mérito Naval, no grau de Comendador. Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Grande Oficial. Medalha do Mérito Tamandaré. Medalha da Confederação Nacional do Trabalho, comemorativo do cinquentenário da Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.). Medalha de Serviços Distintos da Brigada Militar (Rio Grande do Sul). Medalha Anita Garibaldi (do Estado de Santa Catarina).

Do Governo Italiano - Ordem do Mérito, no grau de Grande Oficial, e Stella della Solidarietà de Primeira Classe.

Em 22.10.73, recebeu o título de Cidadão Paranaense. Cidadão Honorário de 26 Municípios do Rio Grande do Sul; 16 Municípios do Paraná; 17 Municípios do Estado de Santa Catarina."

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). - Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No exato momento em que Curitiba torna-se a Capital do Estado de Direito, o Paraná lembra no cenário brasileiro, de uma maneira um tanto ridícula até. Se aqui estão reunidos homens vindo de todo o Brasil a pugnar pela abertura democrática, anseio de todos os brasileiros da ARENA e do MDB, de

civis e militares, a Nação assiste até traumatizada alguns que se dizem empresários, enviarem uma carta ao assessor do Presidente, manifestando-se contra a abertura democrática.

Para tristeza do Paraná, a maioria destes homens estão aqui radicados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Acredito que o Paraná não pode ficar omissos a este fato.

Esta Casa, legítima e autêntica representante da voz do povo paranaense, não poderá calar e nem se omitir ante este fato que eu considero por demais humilhante, principalmente para os políticos deste Estado, que desesperadamente lutam pela volta do estado de direito. E não me refiro ao M.D.B. ou a Arena, mas indistintamente a todos os que querem ver restaurado a integridade do regime democrático no Brasil.

Quando homens, que se intitulam empresários é em nome dessas empresas, pedem a continuidade do "status quo".

Chego a afirmar, Sr. Presidente (Lê a justificativa do requerimento, onde requer voto de repúdio):

"Se a morte brutal e injustificável de Aldo Moro, traumatiza a consciência mundial, e impinge uma derrota ao terrorismo, o Brasil, também sofre um atentado de iguais senão maiores proporções.

Refiro-me à carta enviada por alguns empresários brasileiros, que pedem ao sucessor a continuidade da exceção, opondo-se aos movimentos que clamam pela abertura democrática.

Entre os signatários, para a tristeza deste Estado que se consome pela estiagem, a maioria pertence ao Paraná,

Dizem-se empresários.

Prefiro qualificá-los de reacionários, exploradores do povo e anti-patriotas.

Se repugna a nossa consciência que terroristas fuzilem um homem indefeso, para defenderem uma idéia, por mais humana que seja esta ideologia, como não pode deixar de repugnar nossa consciência, se brasileiros pedem e defendem a continuidade do "status quo" a que infelizmente o Brasil está.

No meu entendimento, devem também ser considerados terroristas, todos aqueles que impedem a causa da liberdade humana.

Matar por uma ideologia é a mesma coisa que negar a liberdade a um povo inteiro, quando os que pedem a ditadura são os grandes beneficiados pelo obscurantismo que traumatiza a Nação.

Empresários que assistem seus colegas falirem por uma política econômica-financeira desastrosa e querem a continuidade deste desastre, só podem ser aqueles que se beneficiam com o caos existente.

Os que não querem dar a liberdade ao operário, para que possa reivindicar melhoria de vida, são os mesmos que o exploram com a miserabilidade dos salários famélicos com que se locupletam.

Os que defendem a ditadura, são os mesmos que traem as causas da justiça e dos direitos humanos, impedindo o surgimento das novas idéias para que a Nação ganhe foros de soberania e independência política.

Por isso, Sr. Presidente, cabe aqui um desagravo aos milhares de empresários paranaenses, que na humildade de suas posições lutam no dia a dia por mais justiça social.

Aqueles que pediram a continuidade do AI-5, do 477 e do "pacote de abril" não representam o empresariado do Paraná e devem ser repudiados publicamente.

São os exploradores do povo, são os sonegadores de

impostos, são os acumuladores de riquezas fáceis são os que não querem a restauração do poder legislativo para que seus membros estejam impedidos de denunciar a corrupção a que muitos estão envolvidos, e para que as leis feitas pelos representantes legítimos do Povo, reduzam os lucros abusivos que uma minoria alienada detém.

Repudiar estes homens é ser coerente para quem repudia o terrorismo, pois se terroristas matam a vida, esta minoria exploradora mata a liberdade, direito igual, senão superior a vida humana.

E chego a afirmar mais, o crime é mais hediondo se sua execução é lenta e com vantagens pecuniárias. Estes que se dizem empresários, são isto sim, a negação dos direitos humanos, são homens que pelo dinheiro fazem o mesmo que Judas fez a Cristo. São os que esmolam os favores dos poderosos do momento, porque esta espécie de aves de rapina só plorifera na sombra das ditaduras.

Por fim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, impõem-se a posição firme e corajosa desta Casa que representa o Povo do Paraná, mormente nesta semana em que as atenções nacionais recaem sobre Curitiba, capital da abertura política, centro de irradiação do Estado de Direito que se instalará nesta Nação.

Repudiar meia dúzia de homens que num gesto impatriótico se manifestam contra os mais sagrados valores da humanidade, é resguardar o conceito dos paranaenses e desta Assembléia, na sua unanimidade desejosa pela abertura política e pela restauração do regime democrático.

O repúdio ao terrorismo está na consciência de todos, mas é necessário que a nação tome conhecimento que os homens públicos do Paraná, não concordam com esta heresia defendida pela minoria dos empresários deste Estado, minoria subserviente que não tem moral e direito de falarem em nome dos milhares de autênticos empresários paranaenses. Se quiserem pregar a continuidade do obscurantismo e da força, que o façam em nome pessoal, mas não em nome do empresariado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tem imensa satisfação de registrar neste Plenário, a presença do Vereador Nereu Massignam, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, do Município de Dois Vizinhos.

Registra também, com satisfação, a presença do Sr. Paulo Godoi, serventuário da Justiça daquele município.

A Presidência consulta o Sr. Deputado Fuad Nacli, se mantém a inscrição para falar no Grande Expediente, (Pausa) Ausente S. Ex.<sup>a</sup>, consulto à liderança do MDB sobre se deseja ocupar os quinze minutos regimentais dedicados à sua bancada (Pausa).

Havendo indicado o Sr. Valter Pietrângelo, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, nós leremos uma nota publicada pelo jornal "Folha de Londrina", no dia de ontem, com o seguinte título: — "Atraso dos pagamentos, castigam suplementaristas. Por estarem com salários atrasados, desde março último, professores suplementaristas de Maringá, reuniram-se segunda-feira numa escola da cidade, a fim de apresentarem veemente protesto contra a situação.

Embora a imprensa tivesse sido convidada para ouvir as reclamações, ao final foi solicitado que não se divulgasse os nomes dos presentes à reunião e nem mesmo apontada a Escola, por causa de possíveis represálias contra a classe.

De uma maneira geral, os suplementaristas do Paraná, admitidos sem prestação de concurso para as escolas de grau médio, que estão sem receber há quase setenta dias, atingem mais de dez mil. Pois somente os professores desta categoria, sediados em estabelecimentos de ensino de Curitiba, estão com a situação regularizada. Protesto.

Na oportunidade, improvisou-se uma mesa redonda na Escola, quando foram apresentados os mais diferentes problemas, salientando-se o aspecto social.

Uma professora desquitada, presente à reunião, encarregada de sua família, afirmou ter sido obrigada a enviar o filho único aos avós. Porque em casa não havia mais o que comer.

Além disso, com vários empréstimos vencidos há dias em diferentes estabelecimentos bancários em Maringá, ela reclama não ter nem mesmo dinheiro para colocar gasolina em seu automóvel para dirigir-se à Escola.

Outro professor declarou estar em difícil situação financeira, encontrando inclusive problemas para pagamento do aluguel da residência onde mora.

Enfim, cada um apresentou situações agravadas pela falta de pagamento desde março último.

Os problemas vividos pelos suplementaristas de Maringá, segundo afirma, por outro lado, demonstram a realidade em que se encontram milhares de outros professores do interior paranaense.

Que por serem admitidos sem concurso, não dispõem de qualquer garantia trabalhista.

Durante a reunião, uma participante chegou a levantar a hipótese de as aulas serem suspensas como forma de protesto. Sendo a idéia rechaçada pela maioria, porque os alunos seriam os mais prejudicados.

Os presentes ao encontro, demonstravam-se receosos dos seus nomes serem apresentados à imprensa. Temendo serem dispensados, sem direito a qualquer indenização."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, evidentemente que não me cabe, neste instante, tecer comentários sobre a remuneração injusta que recebe o professor paranaense, e até mesmo, analisar os aspectos desmoralizantes que envolveram a aprovação, nesta Casa, do Estatuto do Magistério.

Mas, Srs. Deputados, ao tomar conhecimento, pela "Folha de Londrina", da matéria que acabo de ler, tivemos o cuidado de nos entender com Companheiros de Maringá, nossa terra, para confirmar esse estado de coisas.

Por outro lado, nos inteiramos, com mais detalhes, desse problema que assume já uma gravidade social bastante alta.

Maringá nos confirmou a realização dessa reunião. E exatamente, hoje, Srs. Deputados, esses professores suplementaristas completam setenta e um dias sem receber um tostão do salário que lhes é devido pelo trabalho prestado à Educação paranaense.

Há nisso justiça?

Podem os representantes do povo simplesmente não tomar conhecimento do problema?

Fazer ouvido de mercador, sem chegar junto ao Chefe do Executivo e requerer uma providência?

É exatamente por isto que estamos nesta tribuna para solicitar a V. Ex.<sup>a</sup>, para que, com urgência, possa em nome desta Casa, dos Representantes legítimos do povo do Paraná, falar em favor dos professores do Paraná. Para que V. Ex.<sup>a</sup> possa, junto ao Sr. Governador do Estado, exigir que aquela autoridade, que tem recursos para isso, possa, com urgência

efetuar o pagamento dos professores suplementaristas a que nos referimos.

Ora, a situação é grave, difícil, desesperadora para os brasileiros, principalmente para os paranaenses que estão aí assolados por uma estiagem que, realmente, está trazendo a miséria.

Por outro lado, ao funcionalismo que vive incompreendido e observando a insensibilidade do Poder Executivo para sua situação funcional e salarial, um atraso de pagamento dessa proporção realmente é incompreensível e deve merecer o nosso pretexto mais veemente.

Espero, Sr. Presidente, que V. Ex.<sup>a</sup> possa, como representante político do Paraná que é, falando em nome desta Casa, desde que os companheiros possam evidentemente apoiar a nossa proposição, exigir, Sr. Presidente, também com veemência junto ao Poder Executivo, que os professores suplementaristas, que desenham aqui realmente um quadro real, autêntico, possam receber os seus vencimentos.

Por outro lado, Srs. Deputados, outra denúncia que vem de Maringá.

É que a deliberação de salário destes professores, quando chega à agência central do Banco do Estado do Paraná, naquela cidade, ela chega a permanecer quinze, vinte, até trinta dias depositada na agência e o Diretor do Banco, o Sr. Gerente, a negar aos professores que o Governo tenha autorizado o pagamento.

É o "fim da picada" em matéria de desrespeito e de ofensa a estes servidores do Estado do Paraná.

Fazemos esta denúncia, Sr. Presidente, e solicitamos de V. Ex.<sup>a</sup> que também leva o assunto à direção do Banco do Estado do Paraná, para que este estado de coisas não aconteça.

O salário, que já vai atrasado pela incompetência e incapacidade do Governo e, por outro lado, chega na agência do Banco oficial deste Estado e aquela agência boicota o pagamento. Simplesmente para manter o seu disponível acima de seu nível real.

Eu concedo com muito prazer o aparte ao Deputado Jurandir Messias.

O Sr. Jurandir Messias – Deputado Valter Pietrângelo, estamos acompanhando o vosso raciocínio desta tribuna com bastante atenção.

Primeiramente, pretendemos dizer a Vossa Excelência, que queremos também somar, que queremos que as suas palavras sejam as nossas.

Achamos justo o seu protesto porque, Sr. Deputado, se o professorado, se o Magistério do Estado do Paraná, não encontrar na pessoa do representante do povo o seu defensor, talvez este Magistério fique totalmente marginalizado.

Nós concordamos plenamente, Deputado Valter Pietrângelo, com a pequena ressalva, V. Ex.<sup>a</sup> fez menção que o Magistério do Estado do Paraná, os professores, eram mal remunerados, eram mal pagos. E V. Ex.<sup>a</sup> há de concordar conosco que o Estado do Paraná é o segundo da Federação que melhor paga o professor. O primeiro, V. Ex.<sup>a</sup> sabe, tanto quanto eu, que é o Estado de São Paulo. E depois só tem um, que é o Estado do Paraná.

Entendemos que o Estado do Paraná está bem situado e, se melhor não paga, é evidente porque nos faltam também recursos. Mas o Estado do Paraná já foi além daquilo que se podia esperar com referência ao pagamento do professorado do Estado.

Quando ao não recebimento ainda, Sr. Deputado, das aulas suplementares dos professores de Maringá, que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de ler uma nota publicada na "Folha de Londrina", eu não posso afirmar a V. Ex.<sup>a</sup>, mas posso assumir até o compromisso de, saindo desta tribuna, telefonar para a Secretaria de Educação e Cultura e V. Ex.<sup>a</sup> haverá de comprovar que estas propostas ainda não foram devidamente aprovadas, porque dependem, muitas delas, de correção ou de algum outro problema. Assim que, aprovadas as propostas, tenha a certeza V. Ex.<sup>a</sup>, imediatamente os professores de Maringá receberão os seus vencimentos.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — E se não forem aprovadas as propostas, Sr. Deputado?

O Sr. Jurandir Messias — Aprovadas elas o serão. O que poderá acontecer será a falta de alguma correção como em alguns casos que poderei até citar a V. Ex.<sup>a</sup>, se assim o desejar, de municípios que reclamaram, telefonaram-me perguntando o porquê ainda não foram pagos os professores?

Eu fui até à Secretaria, onde constatei que as propostas estão aguardando uma Inspectora de Ensino, de Campo Mourão, que venha à referida Secretaria, regularizar aquelas propostas a fim de ser efetuado o pagamento. Tenho certeza, eminente Deputado, que é idêntico o caso de Maringá.

V. Ex.<sup>a</sup> também afirmou, Deputado Valter Pietrângelo, que, o Banco do Estado do Paraná costuma segurar, reter os vencimentos, o dinheiro que é destinado ao pagamento dos professores, até trinta dias.

Eu concordo com V. Ex.<sup>a</sup>, dou minha mão à palmatória, concordo em cem por cento com V. Ex.<sup>a</sup>, porque também tenho conhecimento de que gerentes de bancos, para que seus depósitos aumentem, para que conste na relação de depósitos das agências das quais são gerentes, um depósito alto, um bom depósito, eles costumam reter o dinheiro. Isto, eu considero até um crime, Sr. Deputado, segurar dinheiro que fora destinado a determinada finalidade. Por esta razão, eu concordo com V. Ex.<sup>a</sup>, e acho que, inclusive, V. Ex.<sup>a</sup> deveria encaminhar um expediente a esta Casa, nesse sentido, para que seja tomada uma providência. Para isto V. Ex.<sup>a</sup> terá o meu apoio, nobre Deputado. V. Ex.<sup>a</sup> deverá não só argumentar como vem fazendo tão bem desta tribuna, sobre o problema da retenção do dinheiro, como deverá, também, propor à Casa um requerimento ou alguma solução para este problema. Para isto, V. Ex.<sup>a</sup> terá o meu apoio integral.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Obrigado, Deputado Jurandir Messias.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tem por dever de ofício, lembrar o eminente Deputado que está ocupando a tribuna, que o tempo que o Deputado dispunha já se esgotou; todavia, assegurar-lhe mais dois minutos, para a conclusão.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Em um minuto, Sr. Presidente, desejo agradecer a aparte do nobre Deputado do Jurandir Messias, e dizer que então se confirma o que eu disse, Sr. Presidente, e, através do eminente Deputado Vice-Presidente desta Casa, isto é, que realmente está o Banco do Estado do Paraná a reter, indevidamente, o salário dos professores. O Sr. Gabriel Sampaio — Isto não é verdade.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Por isto, Sr. Presidente, é que nós enfatizamos a necessidade de V. Ex.<sup>a</sup>, em nome deste Poder, requerer de Sua Excelência o Chefe do Poder Executivo, se proceda a justiça.

Concedo ao Deputado Gabriel Sampaio, o minuto final.

O Sr. Gabriel Sampaio — Evidentemente, nobre Deputado

Valter Pietrângelo, que, dentro de um minuto eu não poderia analisar o problema como eu gostaria. Mas V. Ex.<sup>a</sup> deve ter conhecimento, Deputado Valter Pietrângelo, que existem problemas técnicos com relação às folhas suplementares, que vêm desde o início da implantação deste sistema, no Paraná e no Brasil. E isto aconteceu nos anos anteriores e acontece este ano, até que se consiga uma nova fórmula, através de concurso público e que se acabe com esta figura um tanto excepcional dentro do quadro do magistério pública paranaense.

Portanto, não é culpa do Estado ou do Tesouro do Estado ou do próprio D.D.F., que faz a implantação nas folhas. Mas as aulas suplementares, como o próprio nome está dizendo, são aulas que vêm a complementar aquelas necessidades tendo em vista do fluxo de matrículas. Portanto, os diretores, após o início das aulas, é que começam a compor, com os professores que não complementam os quadros das diversas escolas, a documentação necessária, para que seja enviada a Curitiba. Isto realmente leva de cinquenta a sessenta dias após o início das aulas.

Todos os anos os suplementaristas recebem os seus atrasados mais ou menos em meados de abril ou maio.

Portanto, estariam conseguindo, e eles mesmo sabem disso, e não é absolutamente nenhuma exceção à regra. Com relação ao Banco do Estado, nobre Deputado, eu acho que é uma afirmativa um tanto leviana, uma vez que não podemos provar com dados reais, esse tipo de uso e costume que V. Ex.<sup>a</sup> citou.

Evidentemente, Deputado, que uma coisa não pode ser provada literalmente palavra por palavra.

Eu sei que afirmar que V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo demagogia com a classe de suplementaristas, e evidente isso não é verdade. V. Ex.<sup>a</sup> não está fazendo demagogia nenhuma, em favor da classe dos suplementaristas. Mas seria o caso de eu afirmar isso. O que não podemos é assacar, contra o Banco do Estado, essa retenção de recursos para os professores por quinze ou trinta dias.

Portanto eu acho que quando houver provas evidentes eu estarei com V. Ex.<sup>a</sup>. Caso contrário, me desculpe, mas eu tenho que contestá-lo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — As informações inclusive, Deputado, eram de professores que foram funcionários do Banco do Estado do Paraná e eu apenas afirmando que não tinha conhecimento de que no ano passado tenha ocorrido esse atraso tão monstruoso, Senhor Presidente. Eu acho isso uma incompetência, uma desorganização e até um desrespeito do Poder Executivo para com o professorado, que não tem nada com o peixe, com a desorganização, a sistemática adotada, aprovada pela Secretaria de Recursos Humanos e pela Secretaria de Educação, com o alheamento do poderoso... (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência consulta a liderança da Aliança Renovadora Nacional, sobre se deseja ocupar o horário que lhe é destinado. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente.

Este projeto independe de apoioimento.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente. Necessita de apoioimento.— Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 09/78, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que denomina "ANITA LOPES CANET", o Hospital Regional da cidade de Cascavel, construído na referida cidade.— Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/78, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de Utilidade Pública a "FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO DE APUCARANA", com sede e foro na cidade de Apucarana. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 18/78, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL DE QUADROS, que autoriza o Poder Executivo denominar de "ESCOLA POLIVALENTE PROFESSORA MARIA DO ROSÁRIO CASTALDI ENSINO DE 2.º GRAU", a unidade escolar construída no Jardim Bandeirantes, na cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21/78, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS MENINO DEUS — "ASEMD", com sede nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

Discussão única da Proposição n.º 147/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem n.º 46/78 do Poder Executivo, encaminhando nos Termos dos Artigos 22, inciso IX, e 41, parágrafo 3.º, da Constituição Estadual o nome do Dr. Armando Queiroz de Moraes, para ocupar cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.— Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 147/78

##### PARECER

1. O presente plano de lei, capeado pela Mensagem Governamental n.º 46/78, tem por escopo colher a opinião prévia desta Casa — em observância a preceito constitucional — quanto a nomeação do Doutor Armando Queiroz de Moraes no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

2. Considerando o notável "curriculum vitae" do ilustre indicado e as suas relevantes contribuições à causa pública, especialmente no desempenho do mandato de Deputado Estadual — em três legislaturas — da Chefia da Casa Civil, da Procuradoria do Estado, junto Tribunal de Contas, bem como na advocacia e no magistério, entendemos ser conveniente aos interesses do Paraná o aproveitamento do seu comprovado saber na referida Corte Estadual de Contas.

3. Assim, favorável é o nosso parecer à propositura em exame.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

A Presidência promoverá a votação com respeito ao estatuído no artigo 162 do Regimento Interno, que determina:—

"A votação por escrutínio secreto será feita por meio de cédulas impressas ou datilografadas e recolhidas em urnas que ficarão sobre a Mesa."

E de conformidade com o art. 22, da Constituição do Estado, inciso IX, combinado com o parágrafo único, do mesmo artigo que assim está posto:—

"IX — aprovar, previamente, por votação secreta, a indicação de Prefeitos da Capital e das estâncias hidrominerais, e dos conselheiros do Tribunal de Contas;"

"Parágrafo único — Nos casos dos itens IV, VIII e XII, as deliberações serão tomadas pelo voto de dois terços, e do item IX", no caso presente, "por maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa."

A Presidência solicita que sejam colocadas, na cabina indevassável, cinquenta e quatro cédulas datilografadas — não; e cinquenta e quatro cédulas datilografadas — sim.

Na chamada nominal, os Srs. Deputados deverão dirigir-se à cabina indevassável e, de posse da cédula, antes apagar, junto ao Sr. 1.º Secretário, a sobrecarta rubricada para, na cabina indevassável, colocar a cédula; e, posteriormente, colocá-lo na urna que se encontra sobre a Mesa que dirige os trabalhos.

Os Srs. Deputados que votarem aprovando o nome do Sr. Armando Queiroz de Moraes, votarão — sim; os Srs. Deputados que votarem rejeitando o nome, votação — não.

Depois de, devidamente, advertidos os Srs. Deputados, o Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal para que os Srs. Deputados procedam a votação nos termos já anunciados. (TÍMPANOS).

A Presidência solicita do Sr. 1.º Vice-Presidente que assuma a Presidência, a fim de que o Presidente possa exercer o seu direito de voto.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, eu indagaria a V. Ex.<sup>a</sup> se já foi encerrada a discussão da matéria para que eu possa encaminhar a votação?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência curva-se e vai colocar em discussão a Proposição n.º 147/78.— Em discussão.

O SR. NELSON BUFFARA — Eu peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Encerrada a discussão. Em votação. Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tão somente para não obstante em sendo votação secreta, eu queria declinar, inclusive dizendo como vou votar. Voltarei favoravelmente à indicação do Dr. Armando Queiroz de Moraes, pelos méritos incontestáveis que este cidadão possui. Eu, como vários Srs. Deputados que aqui estiveram durante os anos de 1966 a 1970, no nosso primeiro Mandato de Deputado Estadual, acompanhamos a maneira histórica, o caráter vibrante deste homem quando presidia os destinos desta Casa. Em ocasiões difíceis que esta Casa atravessou, naquela oportunidade, o ex-Deputado e ex-Presidente desta Casa, Armando Queiroz de Moraes, soube com galhardia vencer dias tempestuosos, dias nebulosos que esta Casa atravessou. E, como preito de gratidão homenageando este ilustre homem público, e mesmo porque a nossa bancada deixou a questão em aberto, o nosso voto será favorável pelos méritos incontestáveis que este homem possui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Continua em votação a Proposição n.º 147/78. O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal para a votação secreta da matéria.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação secreta).

Compareceram 46 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – A Presidência designa os Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Adalberto Daros, para comporem a comissão escrutinadora.

46 Srs. Deputados compareceram à votação.

Confere o número de votantes.

A Presidência anuncia o resultado da votação secreta:

46 Srs. Deputados votaram; 1 voto em branco, 2 votos NÃO, 43 votos SIM. – Aprovada a Proposição n.º 147/78, oriunda de Mensagem Governamental, que, nos termos do artigo 22, inciso 9.º e artigo 41, parágrafo 3.º da Constituição do Estado, homologa o nome do Dr. Armando Queiróz de Moraes para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela visita de Sua Beatitude Elias IV, Patriarca da Antioquia e de todo o Oriente, ao Estado do Paraná, extensivo aos membros da Comissão organizadora que a estruturaram. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 34/78. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, objetivando a instalação de telefone público no bairro da Fazendinha, nesta Capital. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Dr. Juiz de Direito da Comarca de Jaguariaíva, no sentido de alertá-lo com relação a irregularidades havidas no Município de Arapoti. – Em discussão.

O SR. EZEQUIAS LOSSO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, lido da tribuna, solicitando voto de louvor e congratulações ao Sr. Coronel Walter Peracchi Barcellos, Diretor do Banco do Brasil S/A., 6.ª Região – Paraná, pelo excelente trabalho e dedicação desenvolvidos em prol de nosso Estado à frente daquele órgão. – Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, lido da tribuna, solicitando voto de repúdio, aos empresários paranaenses que endereçaram carta ao governo pedindo a continuidade do sistema e manifestando-se contrários a abertura política. – Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Nos termos do

Regimento Interno, art. 150, adia-se a sua deliberação para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela instalação em data de hoje, da Comarca de São João do Ivaí. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de pedido de informações ao Sr. Secretário das Finanças, sobre as causas determinantes dos atrasos verificados no pagamento dos professores e funcionários públicos paranaenses. – Aprovado.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Muggiati Filho, Presidente da Comissão Especial constituída para apreciar o Projeto de Lei n.º 177/77. (Lê o expediente).

“Senhor Presidente.

Por intermédio do presente, encaminho a Vossa Excelência, para os fins previstos no §. 3.º do Art. 189, do Regimento Interno, o incluso Projeto de Lei Complementar n.º 177/77, que trata da Estrutura e Quadro Especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências, com parecer apresentado pelo Senhor Relator e Emendas, aprovada em reunião de 10 do corrente, desta Comissão Especial.

Sem outro particular, aproveito do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

(a) Muggiati Filho.

A Presidência despacha de acordo com o Artigo 189, parágrafo 3.º, do Regimento Interno, permaneça o Projeto de Lei n.º 177/77 sobre a mesa durante quinze dias, para o oferecimento de emendas.

Ficam os Srs. Deputados alertados para abertura de prazo que ora se instala, para recebimento de emendas ao Projeto de Lei complementar n.º 177/77, após o que a Presidência determinará a publicação de avulso constando o parecer e as emendas apresentadas na Comissão e as emendas que, porventura vierem nos próximos dias a serem apresentadas no plenário.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que tome providências para melhores condições do Grupo Escolar Gaspar Veloso, localizado no Distrito de Calógeras, Município de Arapoti. – Em discussão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSI – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação de posto telefônico no Distrito de Calógeras, Município de Arapoti. – Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 12, às 10:00 horas com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

—

—

—

—

Levanta-se a sessão.

**DECRETOS LEGISLATIVOS:**

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 255/78**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3304, de 18 de abril de 1978, deste Poder,

**RESOLVE:**

revogar a pedido, o Decreto Legislativo n.º 169/77, de 30 de março de 1977, na parte que se refere a designação de LUIZ FRANCISCO FONTOURA, matrícula n.º 604, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança da Arena.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 256/78**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3304, de 18 de abril de 1978, deste Poder,

**RESOLVE:**

I – revogar a pedido, o Decreto Legislativo n.º 168/77, de 30 de março de 1977, na parte que se refere a NEUSA OLÍVIA MELARA, matrícula n.º 344, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a qual foi designada para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Liderança do Governo; e,

II – designar à funcionária acima mencionada para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança da Arena, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 257/78**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3304, de 18 de abril de 1978, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar, VALDOMIRA DEMETERCO, matrícula n.º 228, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Liderança do Governo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 258/78**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3159, de 13 de abril de 1978, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JUDETH SCHOLTZ, matrícula n.º 463, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou

de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 259/78**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2966, de 07 de abril de 1978, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de REGINALDO XAVIER BITTENCOURT, matrícula n.º 322, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 260/78**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3032, de 10 de abril de 1978, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RONALDO BAPTISTA, matrícula n.º 430, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1976 e 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 261/78**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3447, de 20 de abril de 1978, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IVO GUSSO, matrícula n.º 264, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 262/78**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3126, de 13 de abril de 1978, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar, SÉRGIO ANTÔNIO SOUTO, matrícula n.º 087, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer a função de Secretário da Comissão de Indústria e Comércio, percebendo as vantagens inerentes ao cargo efetivo da mesma denominação.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 263/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3193, de 14 de abril de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar, LAERTES LUIZ FOGGIATO, matrícula n.º 456, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para Secretariar a Comissão Especial destinada a apreciar o Projeto de Lei Complementar n.º 177/77, que trata sobre a estrutura e quadro especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado, sem prejuízo de suas atuais funções.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 264/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3251, de 17 de abril de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar, SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR, matrícula n.º 434, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 3.ª Secretaria, enquanto perdurar o afastamento do titular, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 265/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2816, de 05 de abril de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de DARCI ANTÔNIO BUDEL, matrícula n.º 062, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 266/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3019, de 10 de abril de

1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ALEXANDRE RADICHEWSKI, matrícula n.º 388, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 267/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 653, de 27 de janeiro de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

I – revogar as Portarias n.ºs 01/76 e 637/76, na parte que se refere ao funcionário ALSTON XAVIER DA SILVEIRA, matrícula n.º 372, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II – Contar a seu favor o tempo de dois (02) meses, referente ao dobro das férias de 1976 que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975.

III – Incorporar ao acervo do mesmo servidor, o tempo de um (01) ano nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 09 de abril de 1965 e 09 de agosto de 1974, antecipado em razão das férias de 1970, 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 268/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2812, de 05 de abril de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

I – tornar sem efeito o Decreto Legislativo n.º 281, de 02 de maio de 1977, que mandou contar, em dobro, para todos os efeitos legais, as férias relativas ao ano de 1976, por já terem sido contadas pelo Decreto Legislativo n.º 102, de 17 de março de 1977, em favor de JOSÉ AFONSO COELHO, matrícula n.º 391, ocupante do cargo de nível PL "20" da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 30 de março de 1972 e 30 de maio de 1976, antecipado em razão da incorporação referente ao seu 2.º quinquênio e das férias relativas aos anos de 1972 e 1975, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI

Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 269/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 658, de 30 de janeiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de HILÁRIO FREGONEZE, matrícula n.º 026, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II — mandar incorporar ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 18 de janeiro de 1972 a 18 de agosto de 1975, antecipado em razão da incorporação referente ao primeiro decênio e das férias de 1971 (15) dias, 1972 e 1973, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 270/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2814, de 05 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS, matrícula n.º 403, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1976, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975;

II — mandar incorporar ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o segundo quinquênio compreendido entre 02 de fevereiro de 1970 a 02 de fevereiro de 1974, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias de 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 02 de abril de 1978, data que, em razão das contagens retro, completou quinze (15) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 272/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1212, de 28 de fevereiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — retificar "ex-offício" o Decreto Legislativo n.º 566/76, para considerar que o tempo consignado pelo mesmo, em favor de ISAURA BRAVOS, matrícula n.º 471, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série

de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é de dois (02) meses, correspondente, somente, as férias relativas a 1974;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 1.º de janeiro de 1972 e 1.º de janeiro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias de 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 273/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2732, de 04 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de GABRIEL QUESADA FILHO, matrícula n.º 067, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 274/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1613, de 07 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ALBINO DE BRITO FREIRE, matrícula n.º 055, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975;

II — mandar incorporar ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de um (01) ano correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o primeiro decênio, compreendido entre 28 de maio de 1965 a 26 de setembro de 1974, antecipado em razão das férias de 1970, 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 275/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1126, de 23 de fevereiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de FRANCISCO

BUBNIAK, matrícula n.º 367, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1976 e 1977;

II – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 07 de dezembro de 1972 e 07 de abril de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias relativas a 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário  
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 276/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1880, de 13 de março de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar incorporar, em favor de JOÃO MARIA SERPA, matrícula n.º 070, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, vencido em 22 de janeiro de 1978.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário  
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 277/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1101, de 22 de fevereiro de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de HILDA MATHIES BLANC, matrícula n.º 328, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1977, que deixou de gozar;

II – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 22 de outubro de 1973 e 22 de abril de 1977, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias de 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário  
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 278/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista

o que consta do processo protocolado sob o n.º 1076, de 21 de fevereiro de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de FABIANO SIQUEIRA CUNHA, matrícula n.º 043, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1976 e 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário  
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 279/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1293, de 01 de março de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ROBERTO DINIZ SATYRO, matrícula n.º 255, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975;

II – mandar incorporar ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 13 de junho de 1973 e 13 de agosto de 1977, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias de 1975 e 1976, contadas em dobro; e,

III – conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 21 de novembro de 1977, data que, em razão da incorporação retro, completou trinta e dois (32) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário  
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 280/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 590, de 24 de janeiro de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JONAS ZAMPIER, matrícula n.º 339, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975;

II – mandar incorporar ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, referente a licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 19 de setembro de 1973 a 19 de julho de 1977, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das

férias de 1973, 1974, 1975 e 1976, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 281/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 130, de 04 de janeiro de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de DARCI KLIEMANN, matrícula n.º 493, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Cirurgião Dentista, do Grupo Ocupacional de Odontologia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1977, que deixou de gozar.

II – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 31 de maio de 1972 e 31 de março de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao seu primeiro decênio e das férias de 1975, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 282/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7, de 02 de janeiro de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NELSON AUGUSTO ARAÚJO, matrícula n.º 501, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 283/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2834, de 06 de abril de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a LUIZ FERNANDO GOTTARDI, matrícula n.º 546, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 02 de maio de 1978, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 284/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2553, de 30 de março de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

I – tornar sem efeito o Decreto Legislativo n.º 329/77, de 11 de maio de 1977, que mandou contar em dobro as férias relativas ao ano de 1976, por já terem sido contadas, pelo Decreto Legislativo n.º 272/77, de 02 de maio de 1977, do funcionário ANTÔNIO GARCIA, matrícula n.º 020, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II – conceder a seu favor o adicional de mais cinco por cento (5%) de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 23 de março de 1978, data em que completou 34 (trinta e quatro) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 285/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3505, de 24 de abril de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

revogar a pedido, o Decreto Legislativo n.º 699/77, item II, que concedeu Função Gratificada que trata o Art. 11, da Resolução 2/64, de 21 de fevereiro de 1964, e fixada pelo Decreto Legislativo n.º 67/64, de 27 de fevereiro de 1964, ao Soldado PM JOSÉ ALVES GUIMARÃES, a partir de 21 de março de 1978.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 286/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3699, de 26 de abril de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder ao soldado da Polícia Militar, JOAQUIM BARBOSA CABRAL, designado para prestar serviços neste Poder, a função gratificada de que trata o Art. 11, da Resolução n.º 2/64, de 21 de fevereiro de 1964, e fixada pelo Decreto Legislativo n.º 67/64, de 27 de fevereiro de 1964.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 287/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3814, de 27 de abril de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a MARIA DO RÓCIO MEDEIROS WITOSLAWSKI, matrícula n.º 425, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 08

de 08 de abril de 1978, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

#### PORTARIAS:

##### PORTARIA N.º 186/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4297, de 09 de maio de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

revogar a pedido, a Portaria n.º 140/78, de 24 de abril de 1978, que designou o funcionário RUY FRANCISCO GABARDO, matrícula n.º 605, para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 187/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4218, de 08 de maio de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar, GILSON SAPLA, ocupante do cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Scarpelini, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 08 de maio de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 188/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3304, de 18 de abril de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar, LUIZ FRANCISCO FONTOURA, matrícula n.º 604, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da Arena.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral